

SES-MT

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
DO MATO GROSSO

Comum aos cargos de nível Superior e Especialista:

Cirurgião Dentista, Odontólogo, Enfermeiros, Engenheiros, Áreas Médica, Psicólogo, Administrador, Administrador Hospitalar (Gestão Hospitalar), Analista de Sistemas - Administrador de Banco de Dados; Infraestrutura; O&M, Arquiteto, Assistente Social, Advogado, Biblioteconomista, Biomédico, Contador, Economista, Estatístico, Farmacêutico, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Historiador, Arquivologista, Veterinário, Nutricionista, Químico, Técnico em Comunicação Social (Jornalismo e Marketing), Técnico em Assuntos Culturais e Educacionais (Pedagogo e Letras), Terapeuta Ocupacional, Técnico em Educação Física, Técnico em Educação Artística

**EDITAL - Nº 001/2023 - SES-MT, DE 27 DE DEZEMBRO
DE 2023**

CÓD: SL-036JN-24
7908433247579

Como passar em um concurso público?

Todos nós sabemos que é um grande desafio ser aprovado em concurso público, dessa maneira é muito importante o concurseiro estar focado e determinado em seus estudos e na sua preparação. É verdade que não existe uma fórmula mágica ou uma regra de como estudar para concursos públicos, é importante cada pessoa encontrar a melhor maneira para estar otimizando sua preparação.

Algumas dicas podem sempre ajudar a elevar o nível dos estudos, criando uma motivação para estudar. Pensando nisso, a Solução preparou esta introdução com algumas dicas que irão fazer toda a diferença na sua preparação.

Então mãos à obra!

- Esteja focado em seu objetivo: É de extrema importância você estar focado em seu objetivo: a aprovação no concurso. Você vai ter que colocar em sua mente que sua prioridade é dedicar-se para a realização de seu sonho;
- Não saia atirando para todos os lados: Procure dar atenção a um concurso de cada vez, a dificuldade é muito maior quando você tenta focar em vários certames, pois as matérias das diversas áreas são diferentes. Desta forma, é importante que você defina uma área e especializando-se nela. Se for possível realize todos os concursos que saírem que englobe a mesma área;
- Defina um local, dias e horários para estudar: Uma maneira de organizar seus estudos é transformando isso em um hábito, determinado um local, os horários e dias específicos para estudar cada disciplina que irá compor o concurso. O local de estudo não pode ter uma distração com interrupções constantes, é preciso ter concentração total;
- Organização: Como dissemos anteriormente, é preciso evitar qualquer distração, suas horas de estudos são inegociáveis. É praticamente impossível passar em um concurso público se você não for uma pessoa organizada, é importante ter uma planilha contendo sua rotina diária de atividades definindo o melhor horário de estudo;
- Método de estudo: Um grande aliado para facilitar seus estudos, são os resumos. Isso irá te ajudar na hora da revisão sobre o assunto estudado. É fundamental que você inicie seus estudos antes mesmo de sair o edital, buscando editais de concursos anteriores. Busque refazer a provas dos concursos anteriores, isso irá te ajudar na preparação.
- Invista nos materiais: É essencial que você tenha um bom material voltado para concursos públicos, completo e atualizado. Esses materiais devem trazer toda a teoria do edital de uma forma didática e esquematizada, contendo exercícios para praticar. Quanto mais exercícios você realizar, melhor será sua preparação para realizar a prova do certame;
- Cuide de sua preparação: Não são só os estudos que são importantes na sua preparação, evite perder sono, isso te deixará com uma menor energia e um cérebro cansado. É preciso que você tenha uma boa noite de sono. Outro fator importante na sua preparação, é tirar ao menos 1 (um) dia na semana para descanso e lazer, renovando as energias e evitando o estresse.

A motivação é a chave do sucesso na vida dos concurseiros. Compreendemos que nem sempre é fácil, e às vezes bate aquele desânimo com vários fatores ao nosso redor. Porém tenha garra ao focar na sua aprovação no concurso público dos seus sonhos.

Como dissemos no começo, não existe uma fórmula mágica, um método infalível. O que realmente existe é a sua garra, sua dedicação e motivação para realizar o seu grande sonho de ser aprovado no concurso público. Acredite em você e no seu potencial.

A Solução tem ajudado, há mais de 36 anos, quem quer vencer a batalha do concurso público. **Vamos juntos!**

Língua Portuguesa

1. Elementos de construção do texto e seu sentido: gênero do texto (literário e não literário, narrativo, descritivo e argumentativo); interpretação e organização interna.....	9
2. Semântica: sentido e emprego dos vocábulos; campos semânticos	18
3. emprego de tempos e modos dos verbos na Língua Portuguesa. MorFologia: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais;.....	19
4. processos de formação de palavras.....	30
5. mecanismos de flexão dos nomes e verbos.....	32
6. Sintaxe: frase, oração e período; termos da oração; processos de coordenação e subordinação	34
7. concordância nominal e verbal;.....	37
8. transitividade e regência de nomes e verbos;	38
9. padrões gerais de colocação pronominal na Língua Portuguesa	41
10. mecanismos de coesão textual.....	41
11. Ortografia.....	43
12. Acentuação gráfica.....	43
13. Emprego do sinal indicativo de crase.....	45
14. Pontuação	45
15. Estilística: figuras de linguagem	47
16. Reescritura de frases: substituição, deslocamento, paralelismo;	50
17. variação linguística: norma padrão.....	53

Raciocínio Lógico-matemático

1. Proposições, conectivos; Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios;.....	63
2. Equivalências lógicas,	64
3. Quantificadores	67
4. Predicados.	69
5. Conjuntos e suas operações,	69
6. Diagramas.	72
7. Números inteiros, racionais e reais e suas operações,	74
8. Porcentagem.	84
9. Proporcionalidade direta e inversa.	85
10. Medidas de comprimento, área, volume, massa e tempo.	88
11. Dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações.	93
12. Compreensão e análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, reconhecimento de padrões, orientação espacial e temporal,.....	100
13. Formação de conceitos, discriminação de elementos Compreensão de dados apresentados em gráficos e tabelas.	103
14. Problemas de lógica e raciocínio.....	107
15. Problemas de contagem e noções de probabilidade.	108
16. Geometria básica: ângulos, triângulos, polígonos, distâncias, proporcionalidade, perímetro e área.	112
17. Noções de estatística: média, moda, mediana e desvio padrão.	118

História e Geografia do Estado do Mato Grosso

1. Geografia - A organização do espaço: a conquista e a expansão da Amazônia Colonial; a produção do espaço amazônico atual.....	125
2. O espaço natural: estrutura geológica e características do relevo;	126
3. Ecossistemas florestais e não-florestais;.....	127
4. O clima;.....	128
5. A rede hidrográfica;	128
6. Aproveitamento dos recursos naturais e impactos ambientais.	128
7. Organização do espaço mato-grossense: posição geográfica; mesorregiões e microrregiões;	129
8. O processo de ocupação: aspectos geopolíticos e planos de desenvolvimento regional.	132
9. Aspectos socioeconômicos: crescimento da população; dinâmica dos fluxos migratórios e problemas sociais;.....	134
10. O extrativismo florestal (importância da biodiversidade; biodiversidade e manipulação genética para fins comerciais; ecoturismo);	136
11. Extrativismo mineral; concentração fundiária e conflitos pela terra;	137
12. O processo de urbanização e redes urbanas;	138
13. Fontes de energia: potencial hidrelétrico, hidrelétricas e meio ambiente;	139
14. Análise dos diferentes modais de transporte.	139
15. Questões atuais: a questão indígena: invasão, demarcação das terras indígenas.....	142
16. A questão ecológica: desmatamento, queimadas, poluição das vias hídricas, alterações climáticas.....	143
17. História - As sociedades indígenas na época da conquista: origem e distribuição das populações indígenas; Grupos linguísticos e tribais; O modo de vida e a organização dos grupos tribais; Estimativas demográficas.	144
18. Conquista e colonização: as bases da colonização portuguesa: as ordens religiosas e a expansão bandeirante; a descoberta de ouro e os primeiros núcleos urbanos.....	146
19. A política pombalina: Portugal Metropolitano; medidas pombalinas; Demarcações de limites: tratados de Madri e de Santo Ildefonso. A capitania de Mato Grosso.	148
20. O século XIX: a economia na primeira metade do século XIX.....	149
21. A Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai: a participação de Mato Grosso.	150
22. República: definição das fronteiras; incorporação do Acre ao Estado Nacional Brasileiro; o Território de Rondônia.	152
23. A “marcha para oeste”: a integração pela ferrovia.	153
24. A construção de Brasília: repercussões. A integração pelas rodovias. As políticas de integração e os planos de desenvolvimento dos governos militares;.....	153
25. 1977: a divisão norte/sul. A dinâmica dos fluxos migratórios.	154
26. Séc. XXI: participação do Estado de Mato Grosso na economia e na política brasileiras.	154

Noções de Administração Pública

1. Convergências e diferenças entre a gestão pública e a gestão privada	161
2. Excelência nos serviços públicos; Gestão da Qualidade	162
3. Gestão de resultados na produção de serviços públicos	165
4. Aspectos fundamentais da comunicação: liderança, motivação, grupos, equipes e cultura organizacional.....	166
5. Conduta profissional: comunicação verbal e apresentação pessoal.....	183
6. O papel do servidor	183
7. Constituição do Estado de Mato Grosso - Título II: dos direitos, garantias e deveres individuais e coletivos	185

ÍNDICE

8. Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais (Lei Complementar nº 04, de 15 de outubro de 1990).....	186
9. Cidadania: direitos e deveres do cidadão	206
10. O cidadão como usuário e contribuinte.....	209
11. Princípios de Ética	218
12. Ética no exercício da função pública	218

Legislação Específica

1. Sistema Único de Saúde (SUS): princípios, diretrizes, estrutura e organização; políticas de saúde	223
2. Estrutura e funcionamento das instituições e suas relações com os serviços de saúde.....	227
3. Níveis progressivos de assistência à saúde	227
4. Políticas públicas do SUS para gestão de recursos físicos, financeiros, materiais e humanos	231
5. Sistema de planejamento do SUS: estratégico e normativo	237
6. Direitos dos usuários do SUS: participação e controle social.....	246
7. Ações e programas do SUS	251
8. Legislação básica do SUS.....	252
9. Política Nacional de Humanização	253
10. Constituição Federal de 1988 - Título VIII - do Art. 194 ao Art. 200	262
11. Lei nº 8.142/90 (dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências).....	263
12. Lei nº 8.080/90 (dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências).....	264
13. RDC nº 63, de 25 de novembro de 2011 (dispõe sobre os requisitos de boas práticas de funcionamento para os Serviços de Saúde).....	274
14. Resolução CNS nº 553/2017 (dispõe sobre a carta dos direitos e deveres da pessoa usuária da saúde).....	278
15. RDC nº 36, de 25 de julho de 2013 (institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências).....	283
16. Organização do Sistema de Saúde do Estado de Mato Grosso: metas, programas e ações em saúde.....	285

LÍNGUA PORTUGUESA

ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO DO TEXTO E SEU SENTIDO: GÊNERO DO TEXTO (LITERÁRIO E NÃO LITERÁRIO, NARRATIVO, DESCRITIVO E ARGUMENTATIVO); INTERPRETAÇÃO E ORGANIZAÇÃO INTERNA

Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015
Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.
- (C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.
- (D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.
- (E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

Comentário da questão:

Em “A” o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade. = afirmativa correta.

Em “B” o complemento “mais ou menos severas” se refere à “deficiências de toda ordem”, não às leis. = afirmativa incorreta.

Em “C” o advérbio “também”, nesse caso, indica a inclusão/adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições. = afirmativa correta.

Em “D” além de mencionar “deficiências de toda ordem”, o texto destaca que podem ser “permanentemente ou temporárias”. = afirmativa correta.

Em “E” este é o tema do texto, a inclusão dos deficientes. = afirmativa correta.

Resposta: Logo, a Letra B é a resposta Certa para essa questão, visto que é a única que contém uma afirmativa incorreta sobre o texto.

IDENTIFICANDO O TEMA DE UM TEXTO

O tema é a ideia principal do texto. É com base nessa ideia principal que o texto será desenvolvido. Para que você consiga identificar o tema de um texto, é necessário relacionar as diferentes informações de forma a construir o seu sentido global, ou seja, você precisa relacionar as múltiplas partes que compõem um todo significativo, que é o texto.

Em muitas situações, por exemplo, você foi estimulado a ler um texto por sentir-se atraído pela temática resumida no título. Pois o título cumpre uma função importante: antecipar informações sobre o assunto que será tratado no texto.

Em outras situações, você pode ter abandonado a leitura porque achou o título pouco atraente ou, ao contrário, sentiu-se atraído pelo título de um livro ou de um filme, por exemplo. É muito comum as pessoas se interessarem por temáticas diferentes, dependendo do sexo, da idade, escolaridade, profissão, preferências pessoais e experiência de mundo, entre outros fatores.

Mas, sobre que tema você gosta de ler? Esportes, namoro, sexualidade, tecnologia, ciências, jogos, novelas, moda, cuidados com o corpo? Perceba, portanto, que as temáticas são praticamente infinitas e saber reconhecer o tema de um texto é condição essencial para se tornar um leitor hábil. Vamos, então, começar nossos estudos?

Propomos, inicialmente, que você acompanhe um exercício bem simples, que, intuitivamente, todo leitor faz ao ler um texto: reconhecer o seu tema. Vamos ler o texto a seguir?

CACHORROS

Os zoólogos acreditam que o cachorro se originou de uma espécie de lobo que vivia na Ásia. Depois os cães se juntaram aos seres humanos e se espalharam por quase todo o mundo. Essa amizade começou há uns 12 mil anos, no tempo em que as pessoas precisavam caçar para se alimentar. Os cachorros perceberam que, se não atacassem os humanos, podiam ficar perto deles e comer a comida que sobrava. Já os homens descobriram que os cachorros podiam ajudar a caçar, a cuidar de rebanhos e a tomar conta da casa, além de serem ótimos companheiros. Um colaborava com o outro e a parceria deu certo.

Ao ler apenas o título “Cachorros”, você deduziu sobre o possível assunto abordado no texto. Embora você imagine que o texto vai falar sobre cães, você ainda não sabia exatamente o que ele falaria sobre cães. Repare que temos várias informações ao longo do texto: a hipótese dos zoólogos sobre a origem dos cães, a associação entre eles e os seres humanos, a disseminação dos cães pelo mundo, as vantagens da convivência entre cães e homens.

As informações que se relacionam com o tema chamamos de subtemas (ou ideias secundárias). Essas informações se integram, ou seja, todas elas caminham no sentido de estabelecer uma unidade de sentido. Portanto, pense: sobre o que exatamente esse texto fala? Qual seu assunto, qual seu tema? Certamente você chegou à conclusão de que o texto fala sobre a relação entre homens e cães. Se foi isso que você pensou, parabéns! Isso significa que você foi capaz de identificar o tema do texto!

Fonte: <https://portuguesrapido.com/tema-ideia-central-e-ideias-secundarias/>

ANÁLISE E A INTERPRETAÇÃO DO TEXTO SEGUNDO O GÊNERO EM QUE SE INSCREVE

Compreender um texto trata da análise e decodificação do que de fato está escrito, seja das frases ou das ideias presentes. Interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade. Interpretação trabalha com a subjetividade, com o que se entendeu sobre o texto.

Interpretar um texto permite a compreensão de todo e qualquer texto ou discurso e se amplia no entendimento da sua ideia principal. Compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se retirar do mesmo os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na apreensão do conteúdo exposto.

Isso porque é ali que se fazem necessários, estabelecem uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se ater às ideias do autor, o que não quer dizer que o leitor precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não sejam criadas suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. A leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamo-nos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente. Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas. Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto é fazer uma análise objetiva do texto e verificar o que realmente está escrito nele. Já a interpretação imagina o que as ideias do texto têm a ver com a realidade. O leitor tira conclusões subjetivas do texto.

DISTINÇÃO DE FATO E OPINIÃO SOBRE ESSE FATO**Fato**

O fato é algo que aconteceu ou está acontecendo. A existência do fato pode ser constatada de modo indiscutível. O fato é uma coisa que aconteceu e pode ser comprovado de alguma maneira, através de algum documento, números, vídeo ou registro.

Exemplo de fato:

A mãe foi viajar.

Interpretação

É o ato de dar sentido ao fato, de entendê-lo. Interpretamos quando relacionamos fatos, os comparamos, buscamos suas causas, previmos suas consequências.

Entre o fato e sua interpretação há uma relação lógica: se apontamos uma causa ou consequência, é necessário que seja plausível. Se comparamos fatos, é preciso que suas semelhanças ou diferenças sejam detectáveis.

Exemplos de interpretação:

A mãe foi viajar porque considerou importante estudar em outro país.

A mãe foi viajar porque se preocupava mais com sua profissão do que com a filha.

Opinião

A opinião é a avaliação que se faz de um fato considerando um juízo de valor. É um julgamento que tem como base a interpretação que fazemos do fato.

Nossas opiniões costumam ser avaliadas pelo grau de coerência que mantêm com a interpretação do fato. É uma interpretação do fato, ou seja, um modo particular de olhar o fato. Esta opinião pode alterar de pessoa para pessoa devido a fatores socioculturais.

Exemplos de opiniões que podem decorrer das interpretações anteriores:

A mãe foi viajar porque considerou importante estudar em outro país. Ela tomou uma decisão acertada.

A mãe foi viajar porque se preocupava mais com sua profissão do que com a filha. Ela foi egoísta.

Muitas vezes, a interpretação já traz implícita uma opinião.

Por exemplo, quando se mencionam com ênfase consequências negativas que podem advir de um fato, se enaltecem previsões positivas ou se faz um comentário irônico na interpretação, já estamos expressando nosso julgamento.

É muito importante saber a diferença entre o fato e opinião, principalmente quando debatemos um tema polêmico ou quando analisamos um texto dissertativo.

Exemplo:

A mãe viajou e deixou a filha só. Nem deve estar se importando com o sofrimento da filha.

TEXTOS LITERÁRIOS E NÃO LITERÁRIOS.

Detecção de características e pormenores que identifiquem o texto dentro de um estilo de época

Principais características do texto literário

Há diferença do texto literário em relação ao texto referencial, sobretudo, por sua carga estética. Esse tipo de texto exerce uma linguagem ficcional, além de fazer referência à função poética da linguagem.

Uma constante discussão sobre a função e a estrutura do texto literário existe, e também sobre a dificuldade de se entenderem os enigmas, as ambiguidades, as metáforas da literatura. São esses elementos que constituem o atrativo do texto literário: a escrita diferenciada, o trabalho com a palavra, seu aspecto conotativo, seus enigmas.

A literatura apresenta-se como o instrumento artístico de análise de mundo e de compreensão do homem. Cada época conceituou a literatura e suas funções de acordo com a realidade, o contexto histórico e cultural e, os anseios dos indivíduos daquele momento.

Ficcionalidade: os textos baseiam-se no real, transfigurando-o, recriando-o.

Aspecto subjetivo: o texto apresenta o olhar pessoal do artista, suas experiências e emoções.

Ênfase na função poética da linguagem: o texto literário manipula a palavra, revestindo-a de caráter artístico.

Plurissignificação: as palavras, no texto literário, assumem vários significados.

Principais características do texto não literário

Apresenta peculiaridades em relação a linguagem literária, entre elas o emprego de uma linguagem convencional e denotativa.

Ela tem como função informar de maneira clara e sucinta, desconsiderando aspectos estilísticos próprios da linguagem literária.

Os diversos textos podem ser classificados de acordo com a linguagem utilizada. A linguagem de um texto está condicionada à sua funcionalidade. Quando pensamos nos diversos tipos e gêneros textuais, devemos pensar também na linguagem adequada a ser adotada em cada um deles. Para isso existem a linguagem literária e a linguagem não literária.

Diferente do que ocorre com os textos literários, nos quais há uma preocupação com o objeto linguístico e também com o estilo, os textos não literários apresentam características bem delimitadas para que possam cumprir sua principal missão, que é, na maioria das vezes, a de informar. Quando pensamos em informação, alguns elementos devem ser elencados, como a objetividade, a transparência e o compromisso com uma linguagem não literária, afastando assim possíveis equívocos na interpretação de um texto.

RACIOCÍNIO LÓGICO -MATEMÁTICO

PROPOSIÇÕES, CONECTIVOS; ESTRUTURA LÓGICA DE RELAÇÕES ARBITRÁRIAS ENTRE PESSOAS, LUGARES, OBJETOS OU EVENTOS FICTÍCIOS;

Raciocínio lógico é o modo de pensamento que elenca hipóteses, a partir delas, é possível relacionar resultados, obter conclusões e, por fim, chegar a um resultado final.

Mas nem todo caminho é certo, sendo assim, certas estruturas foram organizadas de modo a analisar a estrutura da lógica, para poder justamente determinar um modo, para que o caminho traçado não seja o errado. Veremos que há diversas estruturas para isso, que se organizam de maneira matemática.

A estrutura mais importante são as **proposições**.

Proposição: declaração ou sentença, que pode ser verdadeira ou falsa.

Ex.: Carlos é professor.

As proposições podem assumir dois aspectos, verdadeiro ou falso. No exemplo acima, caso Carlos seja professor, a proposição é verdadeira. Se fosse ao contrário, ela seria falsa.

Importante notar que a proposição deve *afirmar* algo, acompanhado de um verbo (*é, fez, não notou* e etc). Caso a nossa frase seja “Brasil e Argentina”, nada está sendo afirmado, logo, a frase **não é uma proposição**.

Há também o caso de certas frases que *podem ser ou não* proposições, dependendo do contexto. A frase “ $N > 3$ ” só pode ser classificada como verdadeira ou falsa caso tenhamos algumas informações sobre N , caso contrário, nada pode ser afirmado. Nestes casos, chamamos estas frases de *sentenças abertas*, devido ao seu caráter imperativo.

O processo matemático em volta do raciocínio lógico nos permite deduzir diversas relações entre declarações, assim, iremos utilizar alguns símbolos e letras de forma a exprimir estes encadeamentos.

As proposições podem ser substituídas por letras minúsculas (p.ex.: a, b, p, q, \dots)

Seja a proposição p : Carlos é professor

Uma outra proposição q : A moeda do Brasil é o Real

É importante lembrar que nosso intuito aqui é ver se a proposição se classifica como verdadeira ou falsa.

Podemos obter novas proposições relacionando-as entre si. Por exemplo, podemos juntar as proposições p e q acima obtendo uma única proposição “Carlos é professor e a moeda do Brasil é o Real”.

Nos próximos exemplos, veremos como relacionar uma ou mais proposições através de conectivos.

Existem cinco conectivos fundamentais, são eles:

\wedge : e (aditivo) conjunção

Posso escrever “Carlos é professor e a moeda do Brasil é o Real”, posso escrever $p \wedge q$.

\vee : ou (um *ou* outro) ou disjunção

$p \vee q$: Carlos é professor ou a moeda do Brasil é o Real

$\dot{\vee}$: “ou” exclusivo (este ou aquele, mas não ambos) ou disjunção exclusiva (repare o ponto acima do conectivo).

$p \dot{\vee} q$: Ou Carlos é professor ou a moeda do Brasil é o Real (mas nunca ambos)

\neg ou \sim : negação

$\sim p$: Carlos não é professor

\rightarrow : implicação ou condicional (se... então...)

$p \rightarrow q$: Se Carlos é professor, então a moeda do Brasil é o Real

\Leftrightarrow : Se, e somente se (ou bi implicação) (bicondicional)

$p \Leftrightarrow q$: Carlos é professor se, e somente se, a moeda do Brasil é o Real

Vemos que, mesmo tratando de letras e símbolos, estas estruturas se baseiam totalmente na nossa linguagem, o que torna mais natural *decifrar* esta simbologia.

Por fim, a lógica tradicional segue três princípios. Podem parecer princípios *tolos*, por serem óbvios, mas pensemos aqui, que estamos estabelecendo as regras do nosso jogo, então é primordial que tudo esteja extremamente estabelecido.

1 – Princípio da Identidade

$p = p$

Literalmente, estamos afirmando que uma proposição é igual (ou equivalente) a ela mesma.

2 – Princípio da Não contradição

$p = q \vee p \neq q$

Estamos estabelecendo que apenas uma coisa pode acontecer às nossas proposições. Ou elas são iguais ou são diferentes, ou seja, não podemos ter que uma proposição igual e diferente a outra ao mesmo tempo.

3 – Princípio do Terceiro excluído

$p \vee \neg p$

Por fim, estabelecemos que uma proposição ou é verdadeira ou é falsa, não havendo mais nenhuma opção, ou seja, excluindo uma nova (como são duas, uma terceira) opção).

DICA: Vimos então as principais estruturas lógicas, como lidamos com elas e quais as regras para *jogarmos este jogo*. Então, escreva várias frases, julgue se são proposições ou não e depois tente traduzi-las para a linguagem simbólica que aprendemos.

EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS,

Definição: Duas ou mais proposições compostas são equivalentes, mesmo possuindo fórmulas (ou estruturas lógicas) diferentes, quando apresentarem a mesma solução em suas respectivas tabelas verdade.

Se as proposições P e Q são ambas TAUTOLOGIAS, ou então, são CONTRADIÇÕES, então são EQUIVALENTES.

Exemplo:

Dada as proposições “ $\sim p \rightarrow q$ ” e “ $p \vee q$ ” verificar se elas são equivalentes.

Vamos montar a tabela verdade para sabermos se elas são equivalentes.

p	q	$\sim p$	\rightarrow	q	p	\vee	q
V	V	F	V	V	V	V	V
V	F	F	V	F	V	V	F
F	V	V	V	V	F	V	V
F	F	V	F	F	F	F	F

Observamos que as proposições compostas “ $\sim p \rightarrow q$ ” e “ $p \vee q$ ” são **equivalentes**.

$\sim p \rightarrow q \equiv p \vee q$ ou $\sim p \rightarrow q \Leftrightarrow p \vee q$, onde “ \equiv ” e “ \Leftrightarrow ” são os símbolos que representam a equivalência entre proposições.

— **Equivalências fundamentais**

1 – Simetria (equivalência por simetria)

$A - p \wedge q \Leftrightarrow q \wedge p$

p	q	p	\wedge	q	q	\wedge	p
V	V	V	V	V	V	V	V
V	F	V	F	F	F	F	V
F	V	F	F	V	V	F	F
F	F	F	F	F	F	F	F

$B - p \vee q \Leftrightarrow q \vee p$

p	q	p	\vee	q	q	\vee	p
V	V	V	V	V	V	V	V
V	F	V	V	F	V	V	V
F	V	F	V	V	V	V	V
F	F	F	F	F	F	F	F

F	V	F	V	V	V	V	V
F	F	F	F	F	F	F	F
V	V	V	V	V	V	V	V
V	F	V	F	V	F	V	F
F	V	F	V	V	V	F	V
F	F	F	F	F	F	F	F

$C - p \nabla q \Leftrightarrow q \nabla p$

p	q	p	∇	q	q	∇	p
V	V	V	F	V	V	F	V
V	F	V	V	F	V	V	F
F	V	F	V	V	F	V	F
F	F	F	F	F	F	F	F

$D - p \Leftrightarrow q \Leftrightarrow q \Leftrightarrow p$

p	q	p	\Leftrightarrow	q	q	\Leftrightarrow	p
V	V	V	V	V	V	V	V
V	F	V	F	F	F	F	V
F	V	F	F	V	V	F	F
F	F	F	V	F	F	V	F

2 – Reflexiva (equivalência por reflexão)

$p \rightarrow p \Leftrightarrow p \rightarrow p$

p	p	p	\rightarrow	p	p	\rightarrow	p
V	V	V	V	V	V	V	V
F	F	F	V	F	F	V	F

3 – Transitiva

Se $P(p,q,r,\dots) \Leftrightarrow Q(p,q,r,\dots)$ E
 $Q(p,q,r,\dots) \Leftrightarrow R(p,q,r,\dots)$ ENTÃO
 $P(p,q,r,\dots) \Leftrightarrow R(p,q,r,\dots)$.

— **Equivalências notáveis**

1 – Distribuição (equivalência pela distributiva)

$A - p \wedge (q \vee r) \Leftrightarrow (p \wedge q) \vee (p \wedge r)$

p	q	r	p	\wedge	(q	\vee	r)	(p	\wedge	q)	\vee	(p	\wedge	r)
V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V
V	V	F	V	V	V	V	F	V	V	V	V	F	F	F
V	F	V	V	V	F	V	V	V	F	F	V	V	V	V
V	F	F	V	F	F	F	F	V	F	F	F	V	F	F
F	V	V	F	F	V	V	V	F	F	V	F	F	F	V
F	V	F	F	F	V	V	F	F	F	V	F	F	F	F
F	F	V	F	F	F	V	V	F	F	F	F	F	F	V
F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F

B – $p \vee (q \wedge r) \Leftrightarrow (p \vee q) \wedge (p \vee r)$

p	q	r	p	v	(q	^	r)	(p	v	q)	^	(p	v	r)
V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V
V	V	F	V	V	V	F	F	V	V	V	V	V	F	F
V	F	V	V	V	F	F	V	V	V	F	V	V	V	V
V	F	F	V	V	F	F	F	V	V	F	V	V	F	F
F	V	V	F	V	V	V	V	F	V	V	F	V	V	V
F	V	F	F	F	V	F	F	F	V	V	F	F	F	F
F	F	V	F	F	F	F	F	F	V	V	F	F	V	V
F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	V	V

2 – Associação (equivalência pela associativa)

A – $p \wedge (q \wedge r) \Leftrightarrow (p \wedge q) \wedge (p \wedge r)$

p	q	r	p	^	(q	^	r)	(p	^	q)	^	(p	^	r)
V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V
V	V	F	V	F	V	F	F	V	V	F	V	F	F	F
V	F	V	V	F	F	F	V	V	F	F	V	V	V	V
V	F	F	V	F	F	F	F	V	F	F	V	F	F	F
F	V	V	F	F	V	V	V	F	F	V	F	F	V	V
F	V	F	F	F	V	F	F	F	F	V	F	F	F	F
F	F	V	F	F	F	F	V	F	F	F	F	F	V	V
F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	V	V

B – $p \vee (q \vee r) \Leftrightarrow (p \vee q) \vee (p \vee r)$

p	q	r	p	v	(q	v	r)	(p	v	q)	v	(p	v	r)
V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V
V	V	F	V	V	V	V	F	V	V	V	V	V	F	F
V	F	V	V	V	F	V	V	V	V	F	V	V	V	V
V	F	F	V	V	F	F	F	V	V	F	V	V	F	F
F	V	V	F	V	V	V	V	F	V	V	V	F	V	V
F	V	F	F	V	V	V	F	F	V	V	F	F	F	F
F	F	V	F	V	F	V	V	F	F	F	V	F	V	V
F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	V	V

3 – Idempotência

A – $p \Leftrightarrow (p \wedge p)$

p	p	p	^	p
V	V	V	V	V
F	F	F	F	F

B – $p \Leftrightarrow (p \vee p)$

p	p	p	v	p
V	V	V	V	V
F	F	F	F	F

4 – Pela contraposição: de uma condicional gera-se outra condicional equivalente à primeira, apenas **invertendo-se e negando-se as proposições simples que as compõem.**

1º caso – $(p \rightarrow q) \Leftrightarrow (\sim q \rightarrow \sim p)$

p	q	p	→	q	~q	→	~p
V	V	V	V	V	F	V	F
V	F	V	F	F	V	F	F
F	V	F	V	V	F	V	V
F	F	F	F	F	V	V	V

Exemplo:

$p \rightarrow q$: Se André é professor, então é pobre.

$\sim q \rightarrow \sim p$: Se André não é pobre, então não é professor.

2º caso: $(\sim p \rightarrow q) \Leftrightarrow (\sim q \rightarrow p)$

p	q	~p	→	q	~q	→	p
V	V	F	V	V	F	V	V
V	F	F	V	F	V	V	V
F	V	V	V	V	F	V	F
F	F	V	F	F	V	F	F

Exemplo:

$\sim p \rightarrow q$: Se André não é professor, então é pobre.

$\sim q \rightarrow p$: Se André não é pobre, então é professor.

3º caso: $(p \rightarrow \sim q) \Leftrightarrow (q \rightarrow \sim p)$

p	q	p	→	~q	q	→	~p
V	V	V	F	F	V	F	F
V	F	V	V	V	F	V	F
F	V	F	V	F	V	V	V
F	F	F	V	V	F	V	V

Exemplo:

$p \rightarrow \sim q$: Se André é professor, então não é pobre.

$q \rightarrow \sim p$: Se André é pobre, então não é professor.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO ESTADO DO MATO GROSSO

GEOGRAFIA - A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO: A CONQUISTA E A EXPANSÃO DA AMAZÔNIA COLONIAL; A PRODUÇÃO DO ESPAÇO AMAZÔNICO ATUAL

A Amazônia, o maior bioma do Brasil e lar da maior floresta tropical do mundo, abrange nove países da América do Sul, incluindo Bolívia, Equador e Peru. Essa vasta região contribui com um quinto da água doce que flui para os oceanos globais. Dos 100 mil tipos de plantas presentes nos países sul-americanos, 30 mil são encontradas na Amazônia.

Ao longo do tempo, o cenário amazônico passou por transformações significativas. Inicialmente, durante a colonização europeia, a Amazônia era um espaço minimamente alterado, predominando uma extensa área natural utilizada principalmente para atividades extrativistas. Algumas áreas eram destinadas a pequenas lavouras, conhecidas como “roças”. Nesse período, as modificações na natureza eram limitadas, pois a população utilizava apenas o necessário para sua subsistência, sem as grandes rodovias existentes atualmente. Os rios, apesar de serem utilizados como vias de transporte e fonte de alimentos, não sofriam a poluição observada nos dias de hoje.

Contudo, nas últimas décadas, a situação mudou devido a fatores sociais, políticos e econômicos. O governo passou a incentivar grandes investimentos na Amazônia, desencadeando um processo intenso e muitas vezes violento de ocupação e povoamento. Esse processo resultou em inúmeras consequências negativas para o espaço amazônico, como a desordenada derrubada da mata, a implementação de projetos lucrativos para poucos e a grilagem de grandes propriedades rurais por grandes latifundiários.

O bioma enfrenta sérios problemas de degradação devido à exploração ilegal de madeira e ao avanço da agropecuária. Em resposta a esses desafios, o governo brasileiro criou o programa Amazônia Legal, visando promover a sustentabilidade, aliada ao desenvolvimento social e econômico das populações amazônicas. Atualmente, nove estados fazem parte do projeto: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão.

Destaques sobre a Amazônia

- Considerada a região de maior biodiversidade do planeta.
- Não é exclusiva do território brasileiro, abrangendo áreas de outros países.
- Engloba a Floresta Amazônica, maior floresta tropical do mundo, e a Bacia Amazônica, a maior bacia hidrográfica do planeta.
- Possui uma fauna extremamente rica, com mais de 30 milhões de espécies.
- Sua flora é diversificada, composta por árvores, ervas, arbustos, lianas e trepadeiras.

– Aproximadamente 17% do bioma foi devastado nos últimos 50 anos.

Devastação

Nas últimas décadas, a Amazônia testemunhou um aumento significativo no desmatamento de suas extensões. Uma pesquisa conduzida pelo norte-americano Thomas Lovejoy, professor da George Mason University, e pelo brasileiro Carlos Nobre, coordenador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Mudanças Climáticas, alerta para o risco de perdas irreversíveis no bioma Amazônia devido a essa prática. De acordo com os pesquisadores, o desmatamento já atingiu 17% nos últimos 50 anos, aproximando-se do limite crítico de 20%, além do qual as consequências para o clima e o ciclo hidrológico poderiam se tornar irreversíveis.

O Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) relata um aumento expressivo de aproximadamente 40% no desmatamento do bioma entre os anos de 2017 e 2018, resultando na perda de quase 4.000 km² de mata nativa. Essa devastação ocorreu predominantemente em áreas privadas, assentamentos e unidades de conservação. A persistência desse padrão de desmatamento levanta sérias preocupações quanto ao impacto ambiental e destaca a urgência de medidas eficazes para preservar a Amazônia e suas funções vitais no equilíbrio ambiental global.



Localização do bioma Amazônia, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (Fonte: IBGE.)

O processo de ocupação com fins econômicos tem gerado, e continua gerando, uma série de problemas ambientais na Amazônia, como desmatamento, queimadas, tráfico de espécies animais e vegetais, entre outros. A seguir, apresentamos a ordem cronológica da ocupação e destruição da maior floresta tropical do mundo:

1494: o Tratado de Tordesilhas, assinado entre Portugal e Espanha, concedeu aos espanhóis o domínio da porção oeste da América do Sul, onde se localiza a Floresta Amazônica.

1540: apesar do domínio espanhol na região, os portugueses ocuparam a Amazônia, impedindo a invasão de ingleses, franceses e holandeses na floresta.

1637: os portugueses realizaram a primeira grande expedição pela Amazônia, explorando frutos como cacau e castanha.

1750: Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Madri, concedendo o domínio da Floresta Amazônica àquele que realizasse sua ocupação e exploração. Os portugueses conquistaram esse direito.

Final do século XIX: período marcado pela exploração da borracha, que se tornou expressiva para a economia local.

1960: com receio de internacionalização, os militares promoveram obras de infraestrutura, como a Transamazônica, visando integrar a Amazônia ao restante do país.

1970: políticas públicas de ocupação levaram a um aumento populacional significativo, atingindo sete milhões de habitantes. Surgiram os primeiros problemas ambientais, com 14 milhões de hectares desmatados.

1980: intensificação dos desmatamentos, impulsionados pela venda de madeira e expansão agropecuária. A Amazônia, erroneamente considerada o “pulmão do mundo”, sofreu pressões internacionais.

1988: introdução do PRODES para monitorar o desmatamento na Amazônia. Assassinato do ativista Chico Mendes.

1990: cultivo de soja na região, alcançando 41 milhões de hectares desmatados.

2000: introdução da pecuária em larga escala, com 64 milhões de cabeças de gado. Expansão urbana e aumento populacional, com mais de 21 milhões de pessoas na região.

2005–2009: início de políticas eficazes de preservação ambiental. Assassinato da ambientalista Dorothy Stang e desmatamento de 70 milhões de hectares. Entre 2008 e 2009, o menor índice de desmatamento em 20 anos, sendo 46% inferior ao período anterior.

O ESPAÇO NATURAL: ESTRUTURA GEOLÓGICA E CARACTERÍSTICAS DO RELEVO;

— Relevo

Conforme a classificação de Ross (1996), como descrito por Vasconcelos (2005), o relevo do Estado de Mato Grosso exibe três tipos de unidades geomorfológicas que refletem suas origens:

Planaltos

– **Planaltos em bacias sedimentares:** estas são quase inteiramente circundadas por depressões marginais, apresentando relevos escarpados em relação às depressões circundantes ou incorporados em seu interior. Exemplos incluem o Planalto e Chapada dos Parecís, o Planalto e Chapada dos Guimarães, e o Planalto dos Alcantilados-Alto Araguaia. Esses planaltos integram o planalto central brasileiro, com extensiva substituição da cobertura original de cerrados pela agricultura tecnificada.

– **Planaltos em intrusões e coberturas residuais de plataforma:** estas unidades não são exclusivamente compostas por coberturas sedimentares residuais, mas também por serras e morros isolados associados a intrusões graníticas, derrames vulcânicos antigos e dobramentos. Exemplos incluem Planaltos e Serras Residuais do Norte de Mato Grosso e Planaltos e Serras Residuais do Guaporé-Jauru.

– **Planaltos em cinturões orogênicos:** estes ocorrem em faixas de orogenia ou dobramentos antigos, sendo relevos residuais sustentados por rochas metamórficas associadas a intrusivas. Em Mato Grosso, estão relacionados às estruturas dobradas do cinturão Paraguai-Araguaia, como a Província Serrana/Serras Residuais do Alto Paraguai, Planalto do Arruda-Mutum e Planalto de São Vicente.

Depressões periféricas e marginais

Essas depressões são geradas por processos erosivos nos contatos das bordas das bacias sedimentares com maciços antigos. Atividades erosivas esculpiram depressões periféricas, marginais e monoclinais, circundando as bordas das bacias e se interpondo entre estas e os maciços antigos do cristalino.

Planícies

Relevos enquadrados como Planícies são áreas planas geradas por deposição fluvial de sedimentos recentes, predominantemente associadas a processos agradacionais recentes do Quaternário, especialmente do Holoceno. Três grandes unidades de planícies e pantanais foram identificadas em Mato Grosso: Planície e Pantanal do Rio Guaporé, Planície e Pantanal do Rio Paraguai e Planície do Rio Araguaia.

Além disso, foram identificadas diversas depressões em Mato Grosso, incluindo a do Norte de Mato Grosso, do Guaporé, do Araguaia, do Alto Paraguai, Cuiabana e a Depressão Interplanáltica de Paranatinga.

Solo

Os ambientes naturais diversificados do Estado de Mato Grosso refletem uma variedade de coberturas pedológicas, destacando-se as seguintes classes de solos em termos de extensão:

– Latossolo Vermelho-Amarelo e Latossolo Vermelho-Escuro: Aproximadamente 366.389,81 km².

– Podzólicos Vermelho-Amarelos: Cerca de 216.286,72 km².

– Areias Quartzosas: Com uma extensão de 116.202,38 km², todas em caráter de dominância.

Os Latossolos e Podzólicos, presentes em áreas de relevos planos e suavemente ondulados sob Cerrados e Florestas, são predominantemente ácidos e de baixa fertilidade, requerendo correção com calcário e adubação química para uso agropecuário. Os Latossolos na parte centro-sul do Estado, sobre planaltos e chapadas, apresentam condições físicas excelentes para a prática de agricultura mecanizada.

Os Podzólicos sob florestas, distribuídos na parte norte do Estado, demandam atenção especial devido ao regime climático (predominantemente sob clima equatorial), menor profundidade efetiva, presença de cascalhos, pedregosidade e gradiente textural, tornando-os mais suscetíveis a processos erosivos.

Os solos de areias quartzosas, com baixa retenção de umidade e nutrientes, podem ser utilizados para preservação, culturas adaptadas, pastagens nativas e reflorestamentos.

Destacam-se, devido à fertilidade mais elevada, os Podzólicos Vermelho-Escuros e Terras Roxas Estruturadas, encontrados em pequenas áreas no embasamento cristalino ao norte do Estado. No sudeste, como dominantes, ocupam um total de 1.282,66 km², distribuídos em relevo suave ondulado a ondulado, tornando-se suscetíveis a processos erosivos.

No Planalto de Tapirapuã, os Latossolos Roxos ocupam 1.576,34 km². Outras classes de solos ocorrem em menor extensão, incluindo Cambissolos, Solos Litólicos, Planossolos e Solos Concrecionários, todos caracterizados por baixa fertilidade natural.

Clima

O Estado de Mato Grosso apresenta um clima predominantemente continental, caracterizado por duas estações bem-definidas:

– **Verão Chuvoso:** essa estação ocorre de outubro a março, compreendendo a primavera e o verão.

– **Inverno Seco:** inicia em abril e se estende até setembro, abrangendo o outono e o inverno.

A variação nas médias de temperatura é influenciada principalmente por dois fatores: a ampla extensão do território no sentido norte-sul e a localização no interior do continente, resultando em uma reduzida influência marítima. Essa configuração climática contribui para uma baixa amplitude térmica.

No extremo norte do estado, a temperatura média anual atinge cerca de 26°C, enquanto no extremo sul, essa média é de 22°C. As variações diárias de temperatura podem ser significativas apenas durante a penetração de massas de ar frio de origem polar, principalmente nos meses de junho e julho.

O regime de chuvas segue um padrão tropical continental:

– **Estação Chuvosa:** de outubro a março, abrangendo primavera e verão.

– **Estação Seca:** de abril a setembro, compreendendo outono e inverno.

As médias anuais de chuva variam de 1.250 a 2.750 mm. Na região norte do estado, as precipitações ultrapassam os 2.000 mm por ano, enquanto no Pantanal, a média é inferior a 1.200 mm.

Dois principais tipos de clima predominam em Mato Grosso:

– **Clima Equatorial:** no norte do estado, caracterizado por chuvas intensas ao longo de todo o ano, com temperaturas elevadas. Essa área sofre a influência da massa equatorial continental, resultando em altas temperaturas, baixas pressões atmosféricas, forte evaporação e intensas precipitações.

– **Clima Tropical Continental:** apresenta duas estações distintas, uma chuvosa e outra seca. No verão, essa região é influenciada pela massa equatorial continental, enquanto no inverno, essa massa permanece estacionária sobre a Região Norte do Brasil. Durante o inverno, a massa tropical continental avança sobre o Centro-Oeste, ocasionando estiagem devido às altas pressões e impedindo a chegada de ventos úmidos. Eventuais chuvas podem ocorrer pela penetração da massa polar atlântica.

ECOSSISTEMAS FLORESTAIS E NÃO-FLORESTAIS;

A vegetação no Estado de Mato Grosso está inserida nos Biomas e/ou Domínios dos Cerrados e das Florestas, conforme definido pela SEPLAN/CNEC (2002), em consonância com a classificação de Ab'Saber (1977). No bioma do Cerrado, a fisionomia vegetal predominante é caracterizada por bosques abertos, compostos por árvores contorcidas e de pequena estatura (entre 8 e 12 metros), acompanhadas por um estrato arbustivo e herbáceo onde predominam gramíneas e leguminosas.

Devido a peculiaridades edáficas, topográficas e climáticas desse bioma, destacam-se os seguintes tipos relevantes no Estado, conforme estudos da SEPLAN/CNEC (2002):

– **Campo Cerrado (Savana Parque):** nesta fisionomia, predomina o componente herbáceo e arbustivo, com árvores esparsas, formando uma expressão campestre da savana conhecida como “Campo Cerrado”. Possui uma diversificada composição florística, com arbustos e árvores de 1 a 2 metros de altura, características da Savana Arborizada.

– **Cerrado Propriamente Dito (Savana Arborizada):** caracteriza-se por um tapete gramíneo lenhoso contínuo, com presença de espécies arbóreas de troncos retorcidos e folhas grandes. Variações fisionômicas e estruturais, decorrentes de características pedológicas e perturbações antropogênicas, resultam em distribuição irregular de indivíduos, com alturas entre 2 e 7 metros.

– **Cerradão (Savana Florestada):** Esta expressão florestal das formações savânicas apresenta árvores de troncos grossos, dossel simples, e estratificação lenhosa perenifólia. Não possui um estrato arbustivo nítido, e o estrato gramíneo é entremeadado por espécies lenhosas de pequeno porte. Alcança alturas em torno de 15 a 18 metros, com uma composição florística diversificada.

– **Florestas de Galeria:** estas florestas, também conhecidas como matas ciliares, iniciam-se nos nascedouros dos ribeirões, formando alamedas de buritis (*Mauritia.sp.*). Ao longo dos cursos d’água, adquirem outras espécies arbóreas, ocupando gradualmente as “rampas” dos interflúvios. As matas ciliares são consideradas o fim da área nuclear do Domínio dos Cerrados.

No Bioma das Florestas, que compreende as Florestas Ombrófila e Estacional, destacam-se:

– **Floresta Ombrófila:** presente no extremo Noroeste do Estado, esta formação florestal pluriestratificada possui dossel de 20 a 30 metros de altura e emergentes que atingem até 45 metros. Predominam espécies perenifólias, com a presença frequente de epífitas, lianas e plantas escandentes.

– **Floresta Estacional:** associada à estacionalidade climática e solos mais férteis do que nas Savanas, esta floresta ocorre entre os paralelos 10°00’ e 14°00’S. A faixa de contatos, chamada de áreas de transição, representa comunidades indiferenciadas entre dois ou mais tipos de vegetação, podendo ser enclaves preservados ou ecótonos onde diferentes tipos de vegetação se misturam.

– **Complexo do Pantanal:** considerado uma área de transição entre os Domínios dos Cerrados e o Chaco Central, o Pantanal é um hotspot fitogeográfico que convergem quatro das principais províncias fitogeográficas da América do Sul: Amazônia, Cerrados,

CONVERGÊNCIAS E DIFERENÇAS ENTRE A GESTÃO PÚBLICA E A GESTÃO PRIVADA

Para tentar entender as principais diferenças entre os dois modelos de administração, acredita-se que o “ponto de partida” está na própria finalidade de cada uma das duas esferas de ação, ou seja, o Estado se define pelo seu objetivo de bem comum ou interesse geral que, no caso do Brasil, está explícito na Constituição Federal¹.

Inclusive destaca-se sobre a importância do preâmbulo da Constituição Federal Brasileira, quando estabelece a razão de ser do Estado brasileiro:

Um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias.

Ainda de acordo com a Constituição Federal, no artigo 3º determina os principais objetivos fundamentais do Brasil, dentre eles:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Sob esse prisma, observa-se que todas as constituições modernas fazem a definição do Estado de um modo semelhante, sendo que a maioria dessas constituições foram inspiradas na dos Estados Unidos que, em 1787, onde foi estabelecida no seu preâmbulo os objetivos nacionais: formar uma União perfeita, estabelecer a justiça, assegurar a tranquilidade interna, prover a defesa comum, promover o bem-estar geral, além de garantir os direitos referentes a liberdade.

Todavia, todos esses fatos, sabe-se que não são considerados como finalidades de uma empresa, que tem como sua definição, uma organização de recursos materiais, financeiros, humanos e tecnológicos, destinada a produzir um bem ou prestar um serviço para, em geral, obter um ganho econômico. Neste sentido, entende-se que fatores ligados a racionalidade bem como a própria essência da atividade estatal são caracterizadas por serem diferentes da gestão de empresas.

Sendo que a relação existente das organizações governamentais perante o seu público não pode ser vista como um provedor com um cliente. A gerência pública refere-se a dependentes, cida-

dãos, fornecedores, presidiários, contribuintes, bem como aqueles indivíduos que recebem benefícios e subsídios, como no caso dos clientes, além do mais, a proximidade não é sempre uma característica desejável para essas relações.

A questão para a gerência pública está no fato de construir relacionamentos apropriados entre as organizações e seus públicos, todavia nessa relação quem é considerado como o “chefe” dos burocratas é o político e não o cidadão. No governo, a prova definitiva para os administradores não pode ser o produto ou então um ganho, mas sim precisa ser vista como a reação favorável dos políticos eleitos.

Além disso, como eles são motivados geralmente pelos grupos de interesses, os administradores públicos no caso, ao contrário dos gerentes de empresas, precisam incluir os grupos de interesse na sua “equação”, no que tange ao seu trabalho. Não é à toa que é por esses motivos que um governo democrático e aberto tem movimentos mais lentos se comparados aos das empresas, cujos administradores podem tomar decisões rapidamente e a portas fechadas.

Existem diferenças entre as questões da administração pública e privada, sendo que um desses fatores está ligado à motivação, visto que, esse fator nos chefes do setor público é a reeleição, enquanto os empresários têm como fim último o lucro. A missão fundamental do governo é ‘fazer o bem’, e o da empresa é “fazer dinheiro”.

Assim, apresenta-se uma visão similar quando afirma que as burocracias públicas são totalmente diferentes das firmas privadas num aspecto fundamental, que contribui de certa forma que para possibilidade de uma supervisão mais efetiva. Os serviços estatais geralmente são executados e produzidos por meio de uma burocracia, no qual os membros normalmente são indicados por políticos, por isso acredita-se que o controle dos cidadãos sobre a burocracia só poderá ser de fato indireto, isto é, pelo fato que as instituições democráticas não contêm mecanismos que permitam que os cidadãos sancionem diretamente as ações legais dos burocratas.

Na verdade, o que pode acontecer é os cidadãos poderem avaliar o desempenho da burocracia ao sancionarem, pelo voto, os políticos eleitos.

— Elementos de diferenciação

Considera-se que existem vários elementos que são fundamentais para a diferenciação das duas formas de administração. Logo, de um modo geral, as empresas privadas pautam sua ação pelo planejamento e gestão estratégicos.

Neste sentido, destaca-se que a administração pública está baseada em função de sistemas de planejamento governamental mais rígido, no qual se orientam por princípios gerais previstos na Constituição, e, por sistemas de política pública. No setor público existem sistemas mais abrangentes de planejamento em alguns setores, como por exemplo, o elétrico, transporte, industrial e dentre outros.

¹ *Gestão de organizações públicas, privadas e da sociedade civil [recurso eletrônico] / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.*

Assim, a empresa privada tem como objetivo principal a realização da sua atividade principal de produção de um bem ou de prestação de um serviço, e, como finalidade mediata, captar um lucro econômico para a sua organização. Ainda, uma organização pública também tem como objetivo essencial a realização do cumprimento de sua missão institucional, para, através dela, obter o bem da comunidade e servir ao interesse geral.

Por isso que muitos autores acreditam que partem dessa premissa o interesse de mobilizador da empresa privada seja a lucratividade e o das organizações públicas seja a efetividade. Abaixo, resumem-se as principais diferenças e relação a esse tipo de organização.

Diferenças dos Modelos de administração do setor privado e do setor público

Modelo do Setor Privado	Modelo do Setor Público
Escolha individual no mercado	Escolha coletiva na sociedade organizada
Demanda e preço	Necessidade de recursos públicos
Caráter privado da decisão empresarial	Transparência da ação pública
A equidade do mercado	A equidade das necessidades
A busca da satisfação do mercado	A busca da justiça
Soberania do consumidor	Cidadania
Competição como instrumento do mercado	Ação coletiva como instrumento da sociedade organizada
Estímulo: possibilidade de o consumidor escolher	Condição: consumidor pode modificar serviços públicos

No que se refere ao Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado no Brasil, observa-se que o referido plano conseguiu sustentar praticamente a mesma linha de pensamento, quando afirmava que: “enquanto a receita das empresas depende dos pagamentos que os clientes fazem livremente na compra de seus produtos e serviços, a receita do Estado deriva de impostos, ou seja, de contribuições obrigatórias, sem contrapartida direta”. Desse modo, entende-se que na medida em que o mercado controla a administração das empresas, a sociedade, através da eleição de políticos é responsável por controlar a administração pública.

Diferente por exemplo da administração de empresas, já que a mesma tem o seu objetivo voltado principalmente para o lucro privado, além da maximização dos interesses dos acionistas, esperando-se que ao longo do tempo, por meio do mercado, o interesse coletivo seja atendido, a administração pública gerencial está explícita e diretamente voltada para o interesse público.

Também é muito importante mencionar a influência direta que o Plano Diretor teve e ainda mantém na administração pública brasileira, no âmbito federal e, especialmente, em vários estados e cidades. Portanto, considera-se que ao se mencionar do ponto de vista da propriedade, o patrimônio da empresa é privado, enquanto

que da organização pública é público, sendo que, o regime jurídico aplicável para a empresa é de direito privado e para a organização pública, pelo menos, em princípio, é o direito público.

Logo, as pessoas que trabalham em instituições privadas estão regidas pelo direito trabalhista (CLT) e as pessoas que trabalham pela administração pública é, em princípio, estatutárias ou de direito público.

EXCELÊNCIA NOS SERVIÇOS PÚBLICOS; GESTÃO DA QUALIDADE

— Prêmios da qualidade públicos

A partir da década de 80, governos de diversos países começaram a implementar um conjunto de ideias que ficou conhecido como a „nova administração pública – NPM, do inglês, *New Public Management*. O objetivo principal dessa doutrina é o de modernizar a administração pública de forma a propiciar mais benefícios ao cidadão².

As principais diretrizes da NPM são: administração visível e profissional, utilização de medidas e padrões de desempenho, maior ênfase no controle de resultados, desagregação de unidades para melhor administrar, aumento da competição no setor público (principalmente, em licitações e parcerias), foco na utilização dos estilos de gestão da iniciativa privada, e maior disciplina e economia no uso dos recursos públicos.

Desde então, o serviço público caminha, cada vez mais, no sentido de modernizar suas práticas de gestão. Para execução dessa tarefa, a gestão da qualidade é uma importante aliada, pois traz conceitos que auxiliam na consecução de objetivos com uma melhor utilização de recursos. Na aplicação da gestão da qualidade em serviços públicos, é importante que se alinhe esses conceitos com as políticas a serem implementadas e com as expectativas dos cidadãos.

Dessa maneira, é preciso melhorar internamente, sem perder, porém, o foco externo. Portanto, além de boas políticas, é necessário que as organizações adotem boas práticas de gestão, alinhadas à estratégia traçada, com a possibilidade de medição de desempenho.

Aplicar a gestão da qualidade a serviços é um desafio, tanto para o setor privado quanto para o público. Em uma pesquisa realizada, onde usuários atribuíram notas a alguns serviços públicos e privados oferecidos no Estado da Geórgia (EUA), apesar do estereótipo consagrado de que os serviços públicos possuem um nível de desempenho abaixo do nível privado, esses recebem notas semelhantes às atribuídas à iniciativa privada em processos de prestação de serviços.

Além disso, as notas atribuídas pelas pessoas que não utilizaram o serviço público (baseadas apenas na sua percepção) foram menores do que as notas das pessoas que os haviam utilizado recentemente. A melhoria na qualidade dos serviços públicos beneficia, além do cidadão, o funcionário público.

Estudos demonstraram, por meio de uma pesquisa realizada com 274 gestores públicos, que a motivação dos funcionários está diretamente relacionada com o ambiente da organização. Uma organização pública que consegue manter um alto nível de motivação e uma boa imagem perante a sociedade facilita o recrutamento de novos funcionários e aumenta o comprometimento com o serviço público.

² <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/97354/000919637.pdf?sequence=1>

Os agentes públicos tendem a ter um perfil pessoal e profissional diferente daquelas que optam pela iniciativa privada. Gestores públicos tendem a ser menos sensíveis a incentivos financeiros do que os seus pares privados.

Para que ocorra a motivação dos agentes públicos, é necessário que eles sintam que prestam um serviço que agrega valor à sociedade, e não apenas servem à burocracia. Dessa forma, é importante um trabalho de comunicação que permita a esses agentes visualizar os benefícios que trazem para a sociedade.

Nesse processo, a gestão da qualidade é válida, pois aumenta a eficiência da prestação de serviços, melhora a comunicação organizacional e focaliza resultados. Qualidade já é um requisito básico para a existência das empresas da iniciativa privada.

Em alguns mercados, uma qualidade superior significa, ainda, um diferencial competitivo. A disseminação dessa filosofia nas empresas ocorreu, em grande parte, devido à criação dos prêmios da qualidade.

Neste momento, para que os governos sirvam à população com qualidade, os prêmios da qualidade públicos estão sendo utilizados enquanto estratégia gerencial. Um prêmio da qualidade público pode ser definido como um instrumento que incentiva inovação e desempenho no setor público, por meio da identificação de organizações públicas com excelência em serviços.

Dessa forma, introduz competição em setores que não possuem concorrência e incentivam o aprendizado organizacional, pois as companhias que se destacam mostram suas virtudes para outras organizações, participantes ou não da premiação. Boa parte das premiações da qualidade premiam tanto organizações privadas quanto as públicas.

O que motiva a criação de prêmios exclusivamente públicos é o fato de as restrições desse ambiente serem diferentes das do ambiente privado. Fundamentalmente, o setor público pertence a uma comunidade, enquanto o setor privado pertence a um empresário ou grupo de acionistas.

Além disso, os serviços públicos são custeados, majoritariamente, com recursos de impostos, enquanto que os serviços privados são sustentados pelos valores pagos pelos clientes. Assim, as organizações públicas são guiadas, principalmente, por forças políticas ao invés de forças econômicas, gerando diferentes fontes de autoridade, que podem ser conflitantes.

Tais características influenciam no modo de administração. Na administração privada, os empresários ou sócios procuram controlar o negócio diretamente, e os administradores possuem benefícios financeiros diretos de um bom resultado da companhia, seja através de ações ou de programas de incentivo. Na administração pública, geralmente, os administradores não obtêm benefícios financeiros de um bom resultado alcançado na instituição.

Outro entrave é a burocracia, que tende a ser maior no setor público, devido à necessidade de controle sobre o patrimônio público. Muitas vezes, essa característica pode levantar barreiras à busca de inovações, ou, ainda, uma preocupação excessiva com regras e processos ao invés de resultados.

Por fim, o horizonte de planejamento, geralmente é curto, dada a instabilidade decorrente do fato de as forças políticas mudarem periodicamente. Em relação à medição da qualidade em serviços públicos, definem-se dez dimensões principais: acesso ao serviço (p.ex., localização, tempo de espera, disponibilidade, dentre outros), nível de comunicação (associado à linguagem simplificada, mas que mantenha o rigor à legislação), sistema administrativo inteligível (por meio de processos simplificados com informação

suficiente e de boa qualidade), respostas flexíveis e rápidas (realização de adaptação quando as necessidades dos cidadãos mudam), receptividade aos serviços (privilegiando o envolvimento dos cidadãos na definição dos serviços), competência do pessoal que presta o serviço (habilidade técnica do servidor), polidez e gentileza do pessoal (que é um elemento-chave na qualidade de um serviço), credibilidade (no setor público, requer tratamento igualitário e profissionalismo).

Possui relação direta com a imagem da organização), confiabilidade e responsabilidade (consistência e precisão na prestação do serviço), e segurança e qualidade dos aspectos tangíveis (instalações adequadas, acesso a pessoas deficientes, por exemplo, e que passem uma imagem de serviço de qualidade, mobiliário, por exemplo).

Quanto à medição de desempenho, no setor privado ela ocorre de forma mais simples, visto que pode-se utilizar resultados financeiros como forma de comparação, enquanto que, no setor público, há que se considerar resultados para os diferentes interessados (usuários do serviço, sociedade, dentre outros). Os prêmios públicos, em sua maioria, são compostos por modelos gerenciais, conhecidos como modelos de excelência em gestão.

Esses modelos são focados numa gama de atividades gerenciais, comportamentos e processos que influenciam a qualidade dos produtos e serviços entregues pelas organizações e contêm critérios a serem atendidos pelo setor. Eles estão baseados nos princípios, conceitos e linguagem próprios da natureza pública das organizações.

— Critérios de Excelência em Gestão Pública

Critérios de Excelência definem o que uma organização deve apresentar para que seu modelo de gestão seja considerado compatível com o modelo de determinada premiação. Os critérios constituem-se de requisitos, e a forma de atingi-los é determinada pela própria organização.

Os critérios de grande parte dos prêmios existentes atualmente baseiam-se nos critérios de três premiações: o japonês, Prêmio Deming; o europeu, EQA (do inglês, *European Quality Award*); e o norte-americano, *Malcolm Baldrige National Quality Award* (MBNQA).

Cada premiação elenca os seus critérios de acordo com o enfoque desejado, por exemplo, o Prêmio Deming é mais voltado para a implementação de ferramentas de controle estatístico da qualidade, enquanto que o EQA possui maior foco no impacto na sociedade e na gestão de pessoas da organização.

O objetivo do Prêmio Nacional da Gestão Pública - PQGF é o de elevar o padrão dos serviços públicos prestados e aumentar a competitividade do país. O prêmio está inserido no Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GESPÚBLICA), criado em 2005, a partir da união do Programa de Qualidade no Serviço Público com o Programa Nacional de Desburocratização.

O modelo de excelência utilizado pelo PQGF é o Modelo de Excelência em Gestão Pública - MEGP, cujos critérios são voltados para os clientes externos e internos da organização, inspirados nos critérios do Prêmio Nacional da Qualidade - PNQ, que são utilizados para organizações privadas.

Esses critérios estão em constante atualização, de forma a estarem alinhados com o que há de mais atual em excelência em gestão e com as mudanças que ocorrem na administração pública.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS): PRINCÍPIOS, DIRETRIZES, ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO; POLÍTICAS DE SAÚDE

SUS é a sigla para Sistema Único de Saúde, o sistema público de saúde do Brasil. O conceito do Sistema Único de Saúde (SUS), no Brasil, tem como objetivo promover o acesso universal e igualitário à saúde. O SUS é descentralizado e baseado em princípios de integralidade, universalidade e equidade.

— Fundamentação Legal

A Constituição Federal de 1988 é a principal base legal para o SUS. O artigo 196 estabelece que a saúde é um direito de todos e dever do Estado. A Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990) e a Lei nº 8.142/1990 também são fundamentais na organização e funcionamento do SUS.

— Financiamento

O financiamento do SUS é tripartite, envolvendo recursos da União, dos Estados e dos municípios. A Emenda Constitucional 29/2000 regulamenta a destinação de recursos para a saúde, fixando percentuais mínimos a serem aplicados pelos entes federativos.

— Princípios

Universalidade: o acesso aos serviços de saúde deve ser garantido a todos, sem discriminação.

Equidade: busca reduzir desigualdades, garantindo atendimento proporcional às necessidades de cada indivíduo.

Integralidade: prevê a prestação de serviços que contemplem a totalidade das ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde.

— Diretrizes

Descentralização: distribuição de responsabilidades entre os diferentes níveis de governo.

Regionalização: Organização dos serviços de saúde em regiões, buscando maior eficiência e integralidade.

Participação da Comunidade: envolve a população na formulação de políticas e no controle das ações de saúde.

— Articulação com Serviços de Saúde

O SUS engloba uma rede hierarquizada de serviços que vai desde a atenção básica até a alta complexidade. A articulação entre esses serviços é essencial para garantir um atendimento integral e eficiente.

É importante ressaltar que o SUS enfrenta desafios, como a necessidade de melhoria na gestão, aumento de investimentos e superação de desigualdades regionais. O debate contínuo sobre políticas de saúde é fundamental para aprimorar o sistema e garantir o pleno exercício do direito à saúde no Brasil.

O Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro é mundialmente conhecido por ser um dos maiores, mais complexos e mais completos sistemas de saúde vigentes. Ele abrange procedimentos de baixa complexidade, como aqueles oferecidos pela Atenção Primária à Saúde (APS), e de alta complexidade, como por exemplo, transplante de órgãos. Dessa maneira, garante acesso universal e integral, de forma gratuita para a população. O SUS pode ser definido como o conjunto de ações e de serviços de saúde prestados pela federação, junto de seus estados e municípios.

Até meados dos anos 80, a concepção de saúde era dada pela “ausência de doença”, contudo, com o fim da Ditadura Militar e com a 8ª Conferência Nacional de Saúde (1986), ampliou-se o conceito de saúde pública no Brasil quando propôs a ideia de uma saúde preventiva, participação da população nas decisões envolvendo a saúde brasileira, descentralização dos serviços e mudanças embasadas no direito universal a saúde.

Com a publicação do relatório das decisões e pautas discutidas na 8ª Conferência Nacional de Saúde, a Constituição Federal de 1988 foi o primeiro documento a oficializar a saúde no meio jurídico brasileiro, determinando, ainda que seja promovida de forma gratuita, universal e de qualidade, para que todos tenham acesso de maneira igualitária. Dessa forma, a saúde passa a ser um direito do cidadão brasileiro e de todo aquele que estiver em território nacional e um dever do Estado.

Fernando Collor de Mello foi responsável pela sanção das leis que promoviam a criação e a organização do SUS.

Diretrizes

Conforme a Constituição Federal de 1988, o SUS é definido pelo artigo 198 do seguinte modo: As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada, e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

- **Descentralização, com direção única em cada esfera de governo;**

- **Atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;**

- **Participação da comunidade.**

*OBSERVAÇÃO: Recomenda-se a leitura na íntegra da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990, ambas da Constituição Federal

Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 da Constituição Federal: Também conhecida como Lei Orgânica da Saúde, traz em seu texto original: “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação de saúde, organização e funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”.

Em referência a essa lei, os objetivos do SUS consistem em identificar fatores determinantes da saúde, formular políticas destinadas a promover nos âmbitos econômico e social, condições

para pleno exercício da saúde e aplicar ações assistenciais de proteção, promoção e recuperação com enfoque em atividades preventivas.

Além disso, determina atribuições do SUS voltadas para a vigilância sanitária e epidemiológica, participação ativa em estratégias em saneamento básico e o desenvolvimento técnico-científico, com o intuito de ampliar as atribuições sob responsabilidade dos órgãos gestores do SUS, como o Ministério da Saúde e secretarias estaduais e municipais de saúde.

Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990 da Constituição Federal: É o resultado da luta pela democratização dos serviços de saúde. Traz em seu texto original o objetivo: “Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências”.

A partir da criação dessa lei, foram criados também os Conselhos e as Conferências de Saúde, que são de extrema importância para o controle social do SUS. Os Conselhos de Saúde foram constituídos afim de fiscalizar, formular e promover ações deliberativas acerca das políticas de saúde.

Em seu texto, traz que a Conferência de Saúde é um espaço voltado para discussões sobre as políticas de saúde em todas as esferas governamentais, acontecendo de maneira ordinária a cada 4 anos em formato de fórum de discussão afim de avaliar e propor mudanças e novas políticas de saúde. Dentre as conferências nacionais, a mais importante que já aconteceu até os dias atuais foi a 8ª Conferência Nacional de Saúde de 1986, que ficou conhecida como o pontapé inicial para a inclusão da saúde no âmbito legislativo do país.

Por fim, determina que a representação dos usuários do SUS dentro desses conselhos e conferências deve ser paritária em relação aos demais seguimentos, em outras palavras, 50% dos representantes devem ser usuários do SUS.

Princípios do SUS

Para que o SUS tenha a mesma forma de organização e a mesma doutrina em todo o território nacional, fica definido pela Constituição Federal um conjunto de elementos doutrinários e organizacionais.

— Princípios Doutrinários do SUS:

Universalização: Cabe o Estado assegurar a saúde como um direito de todas as pessoas, garantindo o acesso a todos os serviços do SUS sem distinção de sexo, raça ou qualquer outra característica pessoal ou social.

Equidade: Se faz necessário afim de diminuir desigualdades, visto que, todas as pessoas têm o mesmo direito aos serviços oferecidos pelo SUS, mas possuem necessidades distintas, ou seja, investir onde existe a maior carência de investimentos.

Integralidade: Visa tratar as pessoas em um todo, atendendo todas as necessidades de cada indivíduo, de modo a integrar ações de promoção de saúde, prevenção e tratamento de doenças. Ou seja, o sistema de saúde deve estar preparado para acolher o usuário, ouvi-lo e entendê-lo como parte de um contexto social e, assim, identificar suas carências e buscar formas de supri-las.

— Princípios Organizativos:

Regionalização e Hierarquização: Define que os serviços promovidos pelo SUS devem ser organizados em níveis crescente de complexidade, abrangendo os critérios epidemiológicos, geográficos e baseados na população a ser atendida.

A hierarquização prevê a divisão de níveis de atenção (primário, secundário e terciário) afim de distribuir o atendimento de acordo com a necessidade real do paciente para o setor especializado naquilo que ele precisa.

Enquanto isso, a regionalização dispõe da necessidade de não somente dividir os serviços de saúde, mas também sistematizá-los de maneira eficiente, evitando que dois setores fiquem responsáveis pelo mesmo serviço e, conseqüentemente, poupar que recursos materiais, financeiros e humanos sejam gastos desnecessariamente.

Descentralização: A redistribuição do poder ligado as decisões, aos recursos, com o intuito de aproximar a tomada de decisão ao fato, pois entende-se que, dessa maneira, haverá mais chance de acerto. Graças a descentralização, têm-se a tendência da municipalização das decisões a respeito dos serviços de saúde.

Participação dos cidadãos: Há a necessidade, embasada a partir das Leis Orgânicas, da participação da população nas decisões relacionadas a administração pública do SUS por meio dos Conselhos de Saúde, sejam eles nacionais, estaduais ou municipais. Além disso, com a ampliação do acesso à internet, foi possível aumentar o debate sobre assuntos importantes para a saúde através de consultas e audiências públicas.

Humanização: A humanização é um princípio fundamental do Sistema Único de Saúde no Brasil, que busca valorizar a relação entre profissionais de saúde e usuários, respeitando suas necessidades, desejos e valores. Se baseia na construção de vínculos mais solidários e acolhedores entre os profissionais de saúde e os usuários, e visa a promoção da dignidade humana, da autonomia e da cidadania.

Para a efetivação da humanização no SUS, são necessárias diversas ações, tais como a valorização e capacitação dos profissionais de saúde, estimulando a reflexão crítica e a escuta qualificada dos usuários, a ampliação e qualificação da participação dos usuários e da sociedade civil na gestão dos serviços de saúde, a garantia do acesso aos serviços de saúde, respeitando a integralidade e a equidade no atendimento, a promoção da educação em saúde e da prevenção de doenças, visando a promoção da saúde e o cuidado com o indivíduo em sua totalidade, o estímulo à promoção da saúde mental, respeitando as diferenças individuais e os aspectos psicológicos e emocionais dos usuários.

A humanização no SUS busca transformar a relação tradicionalmente vertical entre profissionais de saúde e usuários, colocando-os em um patamar de igualdade e trabalhando juntos para a promoção da saúde e o cuidado do indivíduo. É um processo contínuo de transformação da cultura institucional, que busca construir uma atenção mais resolutiva, equitativa e comprometida com a qualidade de vida dos usuários do SUS.

As diretrizes para a gestão do SUS estabelecem um conjunto de princípios e valores que devem orientar a gestão do sistema de saúde brasileiro, garantindo o acesso universal, equitativo, integral e humanizado aos serviços de saúde, com a participação da sociedade na sua gestão e descentralização da gestão para os estados e municípios.

Financiamento: O financiamento do SUS é composto por recursos públicos provenientes dos orçamentos das três esferas de governo (federal, estadual e municipal), além de recursos oriundos de contribuições sociais e impostos específicos, como a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Os recursos do SUS são alocados de forma descentralizada e destinados para ações e serviços de saúde, como atendimento médico, consultas, exames, internações hospitalares, ações de vigilância em saúde, entre outros.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu que a saúde é um direito universal e um dever do Estado, e que a União, os estados e os municípios devem aplicar um percentual mínimo de suas receitas na área da saúde. Atualmente, a Emenda Constitucional nº 86/2015 fixou o percentual de 15% da Receita Corrente Líquida (RCL) da União e de 12% da RCL dos estados e do Distrito Federal para a saúde. Já os municípios devem aplicar no mínimo 15% de suas receitas próprias na saúde, acrescidos dos repasses federais e estaduais.

Além disso, o SUS conta com o Fundo Nacional de Saúde (FNS), que é um mecanismo de financiamento da saúde pública no país, responsável por receber e repassar os recursos do SUS para estados e municípios, garantindo a distribuição equitativa e a aplicação adequada dos recursos. O FNS recebe recursos de diversas fontes, como o Orçamento Geral da União, as contribuições sociais e os repasses dos estados e municípios.

Em resumo, o financiamento do SUS é uma responsabilidade compartilhada entre as três esferas de governo e é financiado com recursos públicos provenientes de diversos impostos e contribuições sociais, sendo gerido pelo Fundo Nacional de Saúde.

Regulação: A regulação do SUS no Brasil é um processo que busca garantir o acesso igualitário e oportuno aos serviços de saúde, de forma a promover a equidade no atendimento e a eficiência na utilização dos recursos públicos. A regulação é responsável por planejar, organizar e avaliar as ações e serviços de saúde em todo o território nacional, buscando garantir a integralidade da assistência e a resolubilidade dos serviços.

A regulação do SUS é realizada por meio de três tipos de ações: a regulação assistencial, a regulação da atenção à saúde e a regulação econômica. A regulação assistencial tem como objetivo garantir o acesso igualitário aos serviços de saúde, regulando o fluxo de pacientes e os critérios de encaminhamento entre as unidades de saúde. A regulação da atenção à saúde busca garantir a integralidade e a continuidade do cuidado, orientando a oferta de serviços e a organização da rede de atenção à saúde. Já a regulação econômica visa garantir a eficiência na utilização dos recursos públicos, regulando a oferta de serviços e estabelecendo critérios para a remuneração dos serviços prestados.

A regulação do SUS é uma responsabilidade compartilhada entre as três esferas de governo (federal, estadual e municipal), com a participação da sociedade civil e dos profissionais de saúde. É importante que a regulação seja realizada de forma transparente, com a participação da população na definição das prioridades de saúde e na avaliação da qualidade dos serviços prestados. Além disso, é fundamental que a gestão do SUS trabalhe para fortalecer a capacidade de regulação em todo o país, visando garantir a oferta de serviços de saúde de qualidade e em tempo oportuno para toda a população.

Estrutura

O Sistema Único de Saúde (SUS) é constituído pelo conjunto das ações e de serviços de saúde sob gestão pública. Está organizado em redes regionalizadas e hierarquizadas e atua em todo o território nacional, com direção única em cada esfera de governo.

O SUS não é, porém, uma estrutura que atua isolada na promoção dos direitos básicos de cidadania. Insere-se no contexto das políticas públicas de seguridade social, que abrangem, além da Saúde, a Previdência e a Assistência Social.

A Constituição brasileira estabelece que a saúde é dever do Estado. Aqui, deve-se entender Estado não apenas como o governo federal, mas como Poder Público, abrangendo a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios.

A Lei n.º 8.080/90 determina, em seu artigo 9º, que a direção do SUS deve ser única, de acordo com o inciso I do artigo 198 da Constituição Federal, sendo exercida, em cada esfera de governo, pelos seguintes órgãos:

I – no âmbito da União, pelo Ministério da Saúde;

II – no âmbito dos Estados e do Distrito Federal, pela respectiva Secretaria de Saúde ou órgão equivalente; e

III – no âmbito dos municípios, pela respectiva Secretaria de Saúde ou órgão equivalente.

O artigo 196 cita que “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. Com este artigo fica definida a universalidade da cobertura do Sistema Único de Saúde.

O SUS faz parte das ações definidas na Constituição como sendo de “relevância pública”, sendo atribuído ao poder público a sua regulamentação, a fiscalização e o controle das ações e dos serviços de saúde.

Outros Atos Normativos que estruturaram o SUS

Norma Operacional Básica – NOB de 1991: foi criada com a finalidade de disciplinar e padronizar os fluxos financeiros entre as esferas de governo e de combater a propalada ineficiência das redes públicas federal, estadual e municipal, acusadas de ociosas e caras. Podem ser considerados os seguintes efeitos positivos nesse período:

- um enorme incremento, sobretudo na esfera municipal, de capacidade institucional e técnica para a gestão da Saúde, inédita na história e na cultura municipal do País; e

- a emergência de novos atores sociais na arena da Saúde com peso crescente no processo decisório, como os secretários municipais e os diversos grupos de usuários, por meio dos Conselhos Municipais de Saúde.

Norma Operacional Básica – NOB de 1992: tem como objetivos normalizar a assistência à saúde no SUS; estimular a implantação, o desenvolvimento e o funcionamento do sistema; e dar forma concreta e instrumentos operacionais à efetivação dos preceitos constitucionais da saúde.

Norma Operacional Básica – NOB de 1993: estabeleceu uma municipalização progressiva e gradual, em estágios, de forma a contemplar os diversos graus de preparação institucional e técnica dos